

Justiça do Rio determina 2 prisões e 33 buscas em investigação da PF

A 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro determinou o cumprimento de dois mandados de prisão preventiva e 33 buscas e apreensões em uma investigação que apura suspeitas de corrupção na Polícia Federal. Os mandados foram emitidos pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal.



Os mandados envolvem dois delegados da Polícia Federal,

um delegado da Polícia Civil, sete empresários e cinco advogados, de acordo com o MPF.

Um dos delegados é Wallace Noble, que já foi titular da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Polícia Federal e liderou equipes que atuaram em operações da "lava jato" no Rio, segundo a coluna Radar, da revista *Veja*.

Segundo o MPF, nessa fase, a investigação mira empresários que participaram do esquema de pagamento de propina para delegados e escrivão em troca de proteção nas investigações realizadas nas operações titanium (fraudes envolvendo o Plano de Saúde dos Correios) e viupostalis (fraudes envolvendo o Postalís), e advogados que atuaram como intermediários das cobranças de vantagens indevidas dos empresários e ficavam com uma parcela dos vultuosos valores pagos aos criminosos.

Investigações de corrupção

Em um primeiro momento, a investigação ensejou o oferecimento de ação penal em face dos delegados Lorenzo Pompeio da Hora e Julio Rodrigues Bilharinho, assim como do escrivão Everton da Costa Ribeiro, lotados a época no Núcleo de Repressão a Crimes Postais da Delepat/RJ, pelo recebimento ilícito de cerca de R\$ 5,5 milhões de reais. Foram denunciados ainda três operadores do esquema e cinco empresários que realizaram pagamento de vantagens indevidas.

Por sua vez, nesta fase 2 do que o MPF e a PF batizaram de operação tergiversação, as investigações, a partir das quebras de sigilo, do material colhido nas buscas e apreensões e de dois acordos de colaboração premiada, mostraram que as vantagens indevidas recebidas pelos integrantes da organização criminosa e reveladas até o momento giraram em torno de R\$ 10 milhões, sendo que os fatos criminosos objeto desta segunda fase envolvem pagamentos de propina de cerca R\$ 4,3

milhoes de mais 11 empresarios que eram investigados nas operacoes Titanium e Viupostalis/Recomeco.

As apuracoes revelaram ainda, de acordo com os procuradores, que os integrantes da organizacao criminosa chegaram a cooptar colaboradores da operacao titanium, oferecendo auxilio financeiro para que esses os protegessem naquela investigacao, omitindo as informacoes que detinham acerca da participacao dos empresarios nas fraudes envolvendo a Gerencia de Saude dos Correios.

Foi identificada a participacao de dois advogados que integravam a organizacao criminosa, se dedicando a buscar oportunidades para a cobranca de vantagens indevidas dos investigados e potenciais investigados nas apuracoes conduzidas no Nucleo de Repressao a Crimes Postais, inclusive de seus clientes, para que fossem protegidos nas investigacoes, sendo que os valores de propina pagos pelos empresarios eram normalmente partilhados em partes iguais entre os agentes publicos e os intermediarios, incluindo os advogados que atuavam no esquema.

Os elementos colhidos evidenciaram que o esquema criminoso revelado na Operacao Tergiversacao nao se limitou as operacoes titanium e viupostalis e nem aos delegados de Policia Federal inicialmente identificados, alcançando ainda inqueritos conduzidos por outros delegados que tambem tinham envolvimento nas atividades criminosas. Conforme o MPF, os integrantes da organizacao criminosa chegaram a utilizar os mesmos fatos que eram objeto de investigacao na operacao titanium para viabilizar nova cobranca de vantagens indevidas em parceria com um delegado de Policia Civil.

As investigacoes alcançam crimes de corrupcao ativa e passiva, lavagem de dinheiro, falsidade ideologica, organizacao criminosa e obstrucao à Justica. *Com informacoes da assessoria de imprensa do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro.*

Date Created

15/10/2020